

APRESENTAÇÃO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIA SINTÁTICA

Alessandro Boechat de Medeiros¹

A ideia de um número voltado para a teoria sintática surgiu no encontro intermediário do GTTG de 2015 em Belo Horizonte. Na ocasião, Fábio Bonfim Duarte e Cilene Rodrigues me perguntaram se não poderíamos incluir este tema num dos próximos números da revista *Linguística*. Seria uma oportunidade de criar espaço para a publicação de trabalhos em sintaxe formal, particularmente os apresentados nos encontros do grupo de trabalho da ANPOLL. Levei a questão para uma das reuniões do POSLING e decidiu-se na ocasião que, por conta da programação já estabelecida para a revista, o número com esse tema seria o segundo de 2016, com saída programada para 31 de dezembro. Apesar de ter sido pensado num encontro do GTTG, a chamada da revista foi aberta a qualquer autor que desejasse publicar seu trabalho em sintaxe formal, tivesse sido apresentado em algum encontro do grupo de trabalho ou não.

O segundo número do volume doze da Revista *Linguística* do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ sai com duas resenhas, uma entrevista, um *squib* e oito artigos inéditos. Os trabalhos mostram que a produção científica brasileira é relevante, particularmente na subárea de sintaxe. Nos próximos parágrafos tratarei de cada um dos trabalhos publicados neste número, ressaltando sua contribuição para a área.

Começamos com o *squib* de Cilene Rodrigues (PUC-RJ), intitulado *Guess what? Clefts are what we are silencing here*. O trabalho procura apresentar novas evidências para a ideia de que, em contextos como o do exemplo (1a) abaixo, a preposição que antecederia o QU (... *mas eu não sei com quem*) não está presente porque faz parte de uma oração relativa no interior de uma estrutura elidida (1b). Ou seja, os casos de *sluicing* com apagamento da preposição em português brasileiro são, na verdade, casos de elipse de clivada (um *pseudosluicing*).

(1) a. O Alex conversou com uma pessoa na Petrobrás, mas eu não sei quem.

b. O Alex conversou com uma pessoa na Petrobrás, mas eu não sei quem [~~é a pessoa com quem o Alex conversou na Petrobrás~~].

Contra abordagens em que a ausência da preposição em línguas que não permitem *prepositional stranding* no contexto (1) acima ou é explicada como resultado de uma elipse reparadora para satisfazer a restrições fonológicas ao abandono da preposição, ou é explicada pela presença de um pronome nulo que recupera o conteúdo da oração que é sua antecedente, a autora reúne novas evidências a favor da proposta exemplificada em (1b): (i) contextos que bloqueiam clivadas também bloqueiam o apagamento da preposição; (ii) TPs elididos (*sluiced*) com apagamento de preposição e TPs elididos sem o apagamento de preposição não têm a mesma semântica, o que sugere que diferentes estruturas subjacentes estão envolvidas.

Reforçando então as conclusões de trabalho anterior (RODRIGUES et al., 2009), Rodrigues nos mostra que o português falado no Brasil faz uso da estratégia de clivagem em alguns contextos de apagamento da preposição.

O número traz também uma entrevista com Susan Rothstein, professora de Linguística e pesquisadora do Departamento de Literatura Inglesa e Linguística da Universidade de Bar-Ilan, Israel. A entrevista foi elaborada pelas professoras e pesquisadoras brasileiras Suzi Oliveira de Lima (University of Toronto/UFRJ) e Roberta Pires de Oliveira (CNPq/Pós-graduação em Letras da UFPR) e trata de aspectos importantes de seu trabalho (em particular sua teoria de nomes contáveis e massivos e a relação desta divisão com domínio dos eventos) e um pouco de sua trajetória como pesquisadora.

As resenhas críticas tratam de dois temas bastante distantes no espectro das investigações linguísticas recentes: Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR) faz uma descrição e uma análise detalhadas das propostas encontradas em *Dynamic Antisymmetry*, de Andrea Moro (MORO, 2000), um trabalho em sintaxe formal; já Marije Soto (UERJ) resenha *Neural mechanisms for lexical processing in dogs*, publicado na revista *Science*, um trabalho sobre processamento lexical em cães. Vamos a eles.

Uma das questões que a linguística gerativa recente (particularmente após o advento do Programa Minimalista) se coloca é a seguinte: por que as línguas naturais possuem a propriedade de deslocamento? O trabalho de Andrea Moro, resenhado por Silva, dá a seguinte resposta. As estruturas hierárquicas da sintaxe precisam ser convertidas em sequências lineares para serem pronunciadas. A componente fonológica da arquitetura da linguagem só poderá ordenar dois constituintes sintáticos na cadeia da fala se um dos dois c-comandar o outro assimetricamente (KAYNE, 1994) (a ideia é que se um constituinte A c-comanda assimetricamente um constituinte B, A é pronunciado antes de B). Mas a sintaxe gera configurações de c-comando simétrico. Como, então, resolver o problema? A saída é quebrar essa configuração – e o modo de desfazer o c-comando simétrico é deslocar um dos constituintes em jogo para outra posição, criando uma relação de c-comando assimétrico entre eles.

Silva descreve com detalhes as diversas implicações dessa ideia e, no final da resenha, coloca alguns problemas não tratados pelo autor.

O trabalho de Andics et. al (2016), resenhado por Soto, trata de mecanismos neurais envolvidos no processamento lexical em cães. O artigo defende que há uma especialização nos hemisférios dos cérebros desses animais, com o processamento da informação lexical ocorrendo no hemisfério esquerdo e o processamento da informação prosódica acontecendo no hemisfério direito. Soto discute os diversos problemas dos pressupostos assumidos pelos autores (começando pela própria noção simplista do que seja um item lexical), e mostra que suas conclusões vão muito além daquilo que o estudo de fato revela: uma capacidade para processar sons da fala, compartilhada com diversos outros animais e com os seres humanos.

A seção de artigos começa com o trabalho de Rerisson Cavalcante (UFBA), intitulado *Negação de constituintes não-oracionais: diferenças paramétricas*. O estudo trata da negação de constituintes no português brasileiro em seis contextos distintos: negação de item lexical, *slogans* negativos, tópicos negativos, coordenações corretivas e *bare argument ellipsis*. O autor discute brevemente a negação em várias línguas, mostrando que o padrão de negação oracional se reproduz na negação de outros constituintes. O levantamento oferece os seguintes padrões sentenciais: (a) a negação vem antes do constituinte relevante; (b) a negação vem depois do constituinte relevante; (c) a negação ocorre duas vezes, com o constituinte relevante no meio. No português do Brasil, somente duas dessas três configurações, (a) e (b), são encontradas nos contextos listados acima, e esses dois padrões não se distribuem uniformemente entre eles: nas negações de itens e nas negações em coordenações corretivas, o padrão é exclusivamente (a); na negação de *slogans*, o padrão é exclusivamente (b); e nos outros casos, os dois padrões, (a) e (b), são encontrados. O padrão (c), por outro lado, é encontrado somente em constituintes oracionais. A proposta do artigo é explicar por que somente dois dos três padrões ocorrem nos contextos em questão e por que se distribuem da maneira observada.

Para tratar dos casos em que a negação vem antes do constituinte relevante, Cavalcante segue o que a literatura sugere, e assume que se trata de adjunção a sua esquerda. Com relação a outros padrões, o autor retoma trabalhos seus anteriores, e propõe a existência de uma camada Ast (de *assertive*) anafórica gerada no sistema CP, onde se realizam as partículas *sim* e *não*. Padrões como [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças são gerados com movimento de IP para o especificador de Ast, como em (2) abaixo:

(2) [_{AstP} [_{IP} eu (não) gosto disso [_{Ast'} não [_{IP} ~~eu não gosto disso~~]]]]

Nessa perspectiva, fragmentos sentenciais com negação posposta podem ser obtidos por movimento do constituinte para a posição de especificador de AstP com posterior elipse do que não foi movido. Como o exemplo abaixo o mostra, para expressões como *na festa, não*:

(3) [_{AstP} [_{PP} na festa]_i [_{Ast'} não [_{CP} [_{TP} ~~eu encontrei~~ [_{VP} ... João ontem [_{PP} na festa]_i]]]]].

O autor propõe que nos tópicos negativos (por exemplo, na frase *um carro não, ele comprou uma moto*) com negação posposta, o elemento topicalizado seja gerado na posição de especificador de AstP, com o núcleo de Ast sendo realizado pelo item *não*. Em *slogans* negativos, como *CPMF, não!*, Ast toma não um CP, mas um DP, e o nome é movido para o especificador de Ast. Como, na proposta, a negação à direita nunca decorre de adjunção à direita ou de variação no parâmetro de ordenação entre núcleo e complemento, mas de movimento de constituinte para especificador de AstP, explica-se por que não encontramos o padrão [Neg Y] nos *slogans* negativos.

Resta ainda responder por que não há negação à direita dos itens lexicais e das coordenadas corretivas. A ideia é que, como a negação à direita não é uma adjunção à direita, mas o resultado do movimento de um constituinte para o especificador de uma categoria da periferia da sentença, construções mediais não podem dispor de Ast e de seu especificador como alvo de deslocamento, e, portanto, o único tipo de negação disponível é a adjunção à esquerda.

O artigo termina com uma discussão sobre a variação paramétrica para as possibilidades de negação nas línguas, comparando inglês, espanhol, francês e português. A proposta é que em línguas como o inglês, um tópico nulo (e só ele) é licenciado no especificador de AstP – e, por isso, essa língua não permite a negação posposta a nenhum tipo de constituinte. Já no espanhol e no francês, o especificador pode ser preenchido por um tópico nulo ou por um constituinte não oracional, o que faz com que a língua possibilite duas ordens de negação para esses tipos de constituintes [Neg Y] e [Y Neg]. Já no português, todos os tipos de constituintes, incluindo orações, podem ocupar o especificador de Ast, e assim temos os três padrões de negação na língua.

O segundo trabalho da seção de artigos é *A palavra tudo como modificador de grau no PB coloquial*, de Arion de Souza Cruz (UnB) e Helena Guerra Vicente (UnB), que se propõe a oferecer uma análise do uso quantificacional de *tudo* em contextos como os do exemplo a seguir:

- (4) a. Os cara tudo assiste o programa.
- b. Ele fala as coisa tudo assim.

Ao contrário da abordagem tradicional, em que itens como *tudo(s)* introduzem um quantificador universal na forma lógica da sentença, estabelecendo que o conjunto definido pelo sintagma nominal quantificado está contido no conjunto definido pelo seu predicado, os autores defendem que *tudo* opera dentro de uma semântica de grau, em que o item, nos exemplos acima, eleva ao grau máximo a participação do argumento no evento descrito pelo predicado.

Para lidar com o fato de que o item *tudo* (sempre posposto ao sintagma nominal) seleciona somente nomes plurais ou nomes coletivos e não concorda em gênero com esse nome, os autores, seguindo uma derivação nos moldes de versões do minimalismo recente, assumem que ele é defectivo em relação aos traços- ϕ , e só valora o traço de número em sua relação com o nome anteposto. Além dos traços traços- ϕ , *tudo* também possui um traço não valorado de Caso e um traço de grau, com valor “máximo”. Sintaticamente, *tudo* seleciona DPs, com um possível movimento deste DP à esquerda de *tudo*.

Como *tudo* opera numa semântica de graus, Cruz e Guerra Vicente, retomando trabalhos anteriores, propõem que núcleos de grau selecionem VPs ou vPs, como nos esquemas a seguir, com a quantificação *tudo* ou no complemento ou no sujeito:

(5) a. Os menino gastou as moeda tudo. (argumento interno)

$[_{\text{DegP}} [_{\text{Deg}} d [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \text{gastar} [[\text{as moeda}]_i \text{tudo } t_i]]]]]$

b. Os menino tudo gastou as moeda. (argumento externo)

$[_{\text{DegP}} [_{\text{Deg}} d [_{\text{VP}} [[\text{Os menino}]_i \text{tudo } t_i] [_{\text{v}} v [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \text{gastar} [\text{as moeda}]]]]]]]$

Na proposta, o núcleo *Deg* tem traço de grau não interpretável, que é valorado pelo traço de grau (máximo) do modificador de grau *tudo* via *Agree*. Esse mecanismo faz com que, semanticamente, o evento seja distribuído por todas as partes, sem exceção, da extensão do DP quantificado. Havendo traço EPP no núcleo *Deg*, dispara-se o movimento do modificador de grau para seu especificador, explicando os casos de flutuação de *tudo*, como em: *os menino gastou tudo as moeda*.

Por fim, os autores discutem a questão do modificador de grau *tudo* no contexto de nomes nus. Note-se que nomes nus seguidos de *tudo* são inaceitáveis, como em: **cachorro tudo é bonzinho*; mas o modificador de grau pode figurar entre a cópula e o elemento predicador, como em: *cachorro é tudo bonzinho*. Note-se, ainda, que com *todo* a história é outra: ele deve acompanhar os nomes nus em sua subida para o especificador do TP, e frases como a seguinte são agramaticais: **cachorro é todo bonzinho*. Ao contrário de parte da literatura, que trata essa diferença como resultado de diferentes pontos de anexação do núcleo *Deg*, Cruz e Guerra Vicente tratam a questão mantendo a ideia de que o núcleo de grau toma o VP (no caso, encabeçado por uma cópula), e, usando o traço EPP, propõem que o núcleo *Deg* selecionado numa numeração que contenha *tudo* e nome nu tenha traço EPP obrigatório, mas o núcleo *Deg* numa numeração em que haja nome nu e *todo* não tenha o traço EPP.

O terceiro artigo deste volume, intitulado *A sintaxe e a morfologia das nominalizações na língua tenetehára*, de Quesler Fagundes Camargos (UNIR), trata de um tema clássico da interface léxico-sintaxe: *nominalizações*. O trabalho investiga as nominalizações agentivas com *-har*, e as eventivas e resultativas com *-haw* na língua tenetehára, uma língua do ramo IV da família tupi-guarani.

Com relação às nominalizações agentivas, o artigo procura mostrar que a generalização de Baker & Vinokurova (2009) — para quem translinguisticamente as nominalizações agentivas (como *conquistador* em português) são nominalizações diretas da camada VP — não se aplica ao tenetehára. Apesar de os dados da língua mostrarem que as nominalizações em *-har* não envolvem o núcleo Voz, tempo verbal, negação nem aceitam modificação adverbial voltada para o agente, há inúmeros exemplos em que morfemas causativos e morfemas aplicativos (altos) são encontrados nessas nominalizações. Ademais, advérbios de modo, que, segundo Cinque (1999), tomam alguma camada acima do VP, são licenciados com as nominalizações em *-har*.

Com relação às nominalizações em *-haw*, o autor mostra que, ao contrário do que afirmam trabalhos como Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2005), muitas nominalizações de resultado (que

denotam o resultado de um evento ou nomeiam uma entidade no mundo) em tenetehára **não são** nominalizações diretas de uma raiz (acategorial), mas envolvem camadas verbais, como o morfema causativo. As nominalizações de resultado, contudo, nunca incluem morfemas como Voz ou outros mais altos na estrutura estendida do sintagma verbal. Por fim, o autor aborda as nominalizações eventivas em *-haw*, e mostra que também envolvem camadas acima do nível da raiz, apresentando muitas vezes morfemas causativos, aplicativos e até mesmo Voz (reflexiva), além de licenciar advérbios voltados para o agente, que tomam esta última camada. Essas nominalizações, contudo, não incluem negação, tempo, entre outros núcleos da camada flexional cindida.

Assim, o artigo mostra que determinadas generalizações translinguísticas sobre nominalizações encontradas na literatura não são compatíveis com os dados da língua tenetehára, fazendo, portanto, contribuição importante para a discussão sobre a estrutura das nominalizações em geral.

O trabalho de Arabie Bezri Hermont (PUC-MG) e Jean Santos Otoni (PUC-MG), intitulado *As categorias de tempo e aspecto e sua relação com marcadores na tétum-praça*, quarto artigo deste número, trata das categorias funcionais de tempo e aspecto da língua tétum-praça, língua nacional do Timor Leste, de origem austronésia, falada por quase quarenta por cento da população timorense.

Em tétum-praça, as categorias de tempo e aspecto não são realizadas por morfemas acrescentados ao radical verbal, como ocorre no português, mas podem ser indicadas por marcadores (partículas ou itens que veiculam noções semânticas da estrutura funcional das sentenças) ou por advérbios. Outro aspecto importante sobre o seu sistema temporal é o fato de que o tempo pode ser retomado dêitica ou anaforicamente.

Na língua, o verbo sozinho ou acompanhado de certos advérbios realiza o tempo presente. Em relação às outras noções temporais, há divergências entre pelo menos duas gramáticas, de acordo com Hermont e Otoni. Nas descrições de Costa (2015), os marcadores *tiha ona*, *ona*, seguindo o verbo, e o advérbio *uluk*, antecedendo-o, servem para realizar o pretérito; já o futuro é marcado com *sei* seguido do verbo. Para este autor, *tiha ona* denota ainda noção de aspecto perfectivo, *ona* codifica noção de inceptividade e *sei*, aspecto prospectivo. Para Hull e Eccles (2001), *tiha ona*, *ona* e *sei* seriam marcadores somente de aspecto. Em *corpus* constituído por trechos de discursos televisionados, Hermont e Otoni tentam lançar luz a tal divergência e mostram que a hierarquia de Cinque (1999) também vale para o tétum-praça. Os dados revelam que os marcadores e os advérbios que indicam os tempos e aspectos verbais das sentenças ocupam as posições esperadas segundo a teoria de Cinque: alojam-se nos especificadores de nós funcionais que estabelecem uma ordem translinguística bastante rígida para advérbios. Assim, marcadores como *sei* ora ocupariam a posição de especificador do nó funcional de tempo futuro, quando o verbo modificado por ele é transitivo, ora seriam alojados na posição de especificador da projeção de aspecto continuativo, tomando a semântica de prospectividade quando o verbo modificado é intransitivo; já marcadores como *tiha ona* ocupariam o especificador do sintagma encabeçado pelo núcleo de aspecto terminativo e *ona* a posição de especificador do nóculo retrospectivo. Movimentos do núcleo verbal para camadas mais altas dentro da hierarquia de nós funcionais explicariam as posições relativas dos verbos e seus marcadores de tempo/aspecto.

O quinto artigo deste volume, de Ione Barbosa de Oliveira Silva (UESB) e Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UESB), intitulado *Propriedades funcionais verbais na língua brasileira de sinais*, investiga os traços funcionais envolvidos na expressão de tempo e aspecto em LIBRAS. Usando a geometria de traços de Cowper (2003) e o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, o estudo nos mostra que, na língua de sinais brasileira, os traços de tempo, aspecto e modo obedecem à hierarquia proposta por Cowper. O trabalho também confirma que as marcações de tempo e aspecto estão relacionadas (acompanhando a literatura sobre o assunto, por exemplo, Finau (2004, 2008)) e propõe que a marcação de tempo tem a dêixis como seu eixo.

Assumindo a hipótese de que o sistema de marcação de tempo em LIBRAS parte de uma Âncora Temporal Lógica que associa o *passado marcado* à presença do traço [Precedência] somente, o *passado não-marcado* à presença dos traços [Precedência]+[Inteireza], o presente marcado à presença do traço [Inteireza] somente e o presente não-marcado à ausência de qualquer desses traços, as autoras explicam como o tempo é indicado: se o verbo apresenta aspecto pontual ou perfectivo, temos passado não-marcado; se o verbo apresenta aspecto durativo ou imperfectivo, temos presente não-marcado. Operadores articulados (marcação) só devem ocorrer para indicar evento não-concluso no passado, evento não-durativo e conclusivo no presente e, obrigatoriamente, futuro.

As autoras também verificaram que a duratividade pode ser marcada por alongamento ou repetição do movimento na articulação do sinal correspondente, e que a indicação do modo não necessita de flexão, podendo este ser recuperado em contextos sintáticos específicos ou por meio de sinais como os correspondentes a conceitos como “talvez”, “se” e por expressões faciais ou corporais que marcam o traço [*irrealis*], indicando modo.

O sexto artigo, de Eloisa Pilati (UnB), intitulado *Sobre a ordem Verbo-Sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica*, se propõe a fazer um retrospecto dos estudos tanto gerativistas quanto variacionistas sobre a ordem VS no português do Brasil. O trabalho se desenvolve procurando responder às três seguintes perguntas: (i) *Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da sincronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?* (ii) *Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da diacronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?* (iii) *De que forma o estudo das características sintáticas e semânticas da ordem VS podem contribuir para a compreensão da emergência da gramática do PB?*

Para responder a essas questões, a autora divide o artigo em três partes, cada uma procurando responder a uma delas. A primeira seção trata dos estudos variacionistas, e nos mostra que, segundo os trabalhos citados, a ordem VS é encontrada principalmente em verbos inacusativos (ainda que essa terminologia não estivesse disponível aos primeiros trabalhos mencionados), mas também em verbos inergativos e transitivos, ainda que com frequência bem mais baixa e em contextos específicos. A segunda seção aborda estudos de orientação gerativista. A autora mostra que os primeiros trabalhos procuravam relacionar a possibilidade de inversão do sujeito com o verbo ao parâmetro *pro-drop*; entretanto, um conjunto de investigações posteriores têm apresentado inúmeras evidências para a

existência de uma relação forte entre a ordem VS e a inversão locativa, abordagem que defende que, no tipo de inversão verbo-sujeito mais produtivo no português brasileiro, ou um elemento locativo pronunciado ocupa o especificador de TP ou um expletivo nulo locativo (do tipo *there*) ocupa essa posição. A terceira seção trata dos estudos diacrônicos sobre a ordem VS em português brasileiro e europeu. Os trabalhos discutidos por Pilati nos mostram que desde o século XVIII o português do Brasil e o português europeu apresentam diferenças quanto aos contextos de licenciamento da ordem VS. No português brasileiro, os casos de inversão se mostraram cada vez mais ligados à presença de verbos inacusativos, de elementos locativos à esquerda e ao caráter “apresentativo” das sentenças com ordem VS. A emergência dessas características no português falado no Brasil já pode ser vista mais fortemente a partir do século XIX.

Um dos temas que sempre interessou os pesquisadores que trabalham com sintaxe experimental é o das relações anafóricas no âmbito da teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). O sétimo artigo deste número, intitulado *As anáforas sintática e logofórica sob a perspectiva da sintaxe experimental*, de Flávia Calaça (UFPB) e Rosana Costa de Oliveira (UFPB), explora uma questão particular desse tema e propõe dois experimentos para verificar se (i) a noção de c-comando é psicologicamente real no julgamento de sentenças com *anáforas sintáticas* e (ii) se *anáforas logofóricas* são ou não aceitáveis para os falantes do português brasileiro. Para esclarecer a terminologia usada no artigo, encontrada em Reinhart e Reuland (1993), as *anáforas sintáticas* são aquelas sujeitas ao princípio A da teoria da Ligação – ou seja, ligam-se obrigatoriamente a antecedentes que as c-comandam em seu domínio de vinculação. Já as *anáforas logofóricas* são constituintes que obrigatoriamente se ligam a um antecedente sentencial; contudo, este não necessariamente está em seu domínio de ligação, segundo o princípio A. As sentenças a seguir ilustram os dois casos:

(6) a. Flávio_i elogiou [ele mesmo]_i na festa ontem (anáfora sintática).

b. Flávio_i disse que Carla queria convidar a Maria e [ele mesmo]_i para a festa ontem (anáfora logofórica).

O primeiro experimento tinha como finalidade avaliar a realidade psicológica do c-comando nas representações sintáticas dos sujeitos experimentais. O teste, baseado num protocolo experimental de leitura automonitorada, mostrou que os tempos de processamento em frases onde o antecedente da anáfora a c-comandava e concordava com ela em gênero eram significativamente menores do que os tempos de processamento de frases em que a anáfora concordava em gênero com seu suposto antecedente, mas não havia relação de c-comando entre este e a primeira.

O segundo foi um experimento *off-line*, em que os sujeitos liam frases na tela de um computador, em velocidade natural, e atribuíam notas de 1 (não-aceitável) a 5 (muito aceitável) às sentenças. Compararam-se as notas atribuídas a sentenças envolvendo anáforas logofóricas e sentenças envolvendo pronomes nas mesmas posições. Os resultados evidenciam que as anáforas logofóricas são aceitáveis pelos falantes do português falado no Brasil.

Este número da revista *Linguística* termina com *Uma investigação sobre a natureza locativa das construções perifrásticas com predicados psicológicos no português brasileiro*, de Paula Guedes Baron (UnB) e Rozana Reigota Naves (UnB). O artigo faz um levantamento das possíveis perífrases para as quatro classes de predicados psicológicos (CANÇADO, 1995) do português brasileiro. As sentenças abaixo exemplificam o tipo de perífrase analisada:

(7) a. Pedro ama Maria.

b. Pedro tem amor pela Maria

(8) a. O aumento dos impostos estremeceu a população.

b. O aumento dos impostos causou estremecimento na população.

As autoras nos mostram que em relação à primeira classe de verbos, do tipo experienciador sujeito, puramente estativos, o verbo leve presente na perífrase é tipicamente o verbo *ter*, também estativo; para as outras três classes de Cançado (1995), compostas de verbos do tipo experienciador objeto, tipicamente encontramos em suas perífrases os verbos *causar* e, menos produtivamente, o verbo *dar*, além de um estado denotado pelo nome envolvido na perífrase. Mais especificamente, temos o seguinte quadro: (a) na classe de verbos que não aceitam sujeitos agentes, como *preocupar*, as perífrases incluem principalmente o verbo *causar*, que não seleciona agente como seu sujeito, e, quando envolvem o verbo leve *dar*, este não seleciona um sujeito agente, como é o caso de sua contraparte plena; (b) na classe de verbos como *animar*, os verbos leves *causar* e *dar* são licenciados, mas, quando o verbo leve *dar* ocorre na perífrase, o papel temático do sujeito é o de agente; (c) na classe de verbos como *acalmar*, tipicamente o verbo licenciado é o verbo *dar*, admitindo tanto a leitura agentiva do sujeito como a leitura puramente causativa. Em termos gerais, as autoras, assim, reúnem evidências para a ideia de que as perífrases preservam as mesmas propriedades acionais das sentenças envolvendo os verbos psicológicos correspondentes.

Estudando os tipos de preposição envolvidas nas perífrases e combinando as propostas de Arad (1998) e de Laudau (2010), Baron e Naves também defendem que tanto o sujeito experienciador quanto o objeto experienciador dos predicados psicológicos são o *locus* de um estado psicológico. No caso dos sujeitos experienciadores, adotam uma interpretação de Arad (1998), inicialmente encontrada em Kayne (1993), para os sujeitos de predicados estativos, na qual estes são lidos como locais do estado descrito pelo predicado; no caso dos objetos experienciadores, a ideia é que estes também são contêineres para os estados que, nas perífrases, são denotados pelos nomes cujas raízes são compartilhadas com os verbos psicológicos correspondentes. O tipo de preposição encontrado nas perífrases, quase sempre locativo, serve como evidência importante para essa conclusão.

Este número da revista *Linguística* apresenta, portanto, uma grande variedade de temas e caminhos de pesquisa, refletindo a diversidade da pesquisa brasileira recente em sintaxe formal.